



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PRAÇA SANTOS DUMONT, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, Nº 185
Setor Aeroporto – 74070-040 – Goiânia – Goiás
Telefax: (62) 3524-2601 e 3524-2602 – www.cmdca.go.gov.br

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, GESTÃO / 2010-2013

CADERNO DA PROVA DE CONHECIMENTOS – 2009

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições na impressão que causem dúvidas, chame o fiscal levantando um dos braços. Qualquer reclamação somente será aceita até os 30 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 40 questões com cinco alternativas (**A, B, C, D e E**), das quais apenas uma é verdadeira de acordo com o enunciado. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta na Folha de Resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. **Utilize somente caneta preta.**

Por exemplo:



3. Serão desconsideradas e anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras, uso de corretivo, marcação a lápis e/ou marcação de mais de uma alternativa/letra na Folha de Resposta.
4. A Folha de Resposta não será substituída em nenhuma hipótese. Por isso, evite dobrá-la, amassá-la, rasurá-la ou manchá-la.
5. Verifique se o seu nome e a identificação de sua região estão corretos na Etiqueta colada na Folha de Resposta. Se houver erro, comunique-o ao Fiscal de Sala. Não esqueça de assinar a Folha de Resposta.
6. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os pré-candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito aos Fiscais de Sala e/ou qualquer membro da Comissão Organizadora são faltas eliminatórias do processo de escolha.
7. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua de cálculo, dicionário, livros, ECA, borracha, máquina de calcular e outros similares, celulares, bem como qualquer outro material de consulta.
8. O pré-candidato **NÃO** poderá fazer perguntas sobre o conteúdo da prova. As reclamações deverão ser encaminhadas posteriormente à realização da prova, através de petição fundamentada na Secretaria Executiva do CMDCA.
9. Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.

10. A prova terá duração de 4 (quatro) horas. Não haverá tempo extra para preenchimento da Folha de Respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
11. A saída do Pré-Candidato só será permitida depois de transcorridas 02 (duas) horas do início da prova, em outras palavras, a partir das 15h30min.
12. No caderno de prova você poderá escrever, riscar, etc.
13. Os Cadernos de Provas poderão ser levados pelos pré-candidatos somente depois de transcorridos 03 (três) horas do início da prova, ou seja, a partir das 16h30min.
14. O Fiscal indicará quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
15. Não esqueça de assinar e devolver sua Folha de Respostas.
16. A divulgação do gabarito oficial ocorrerá na segunda-feira, dia 31 de agosto de 2009, no endereço eletrônico www.cmdca.go.gov.br e no mural da sede do CMDCA.
17. Serão admitidos recursos quanto:
 - a) à aplicação da prova de conhecimentos;
 - b) às questões da prova de conhecimentos e gabaritos preliminares;
 - c) ao resultado preliminar da prova de conhecimentos.
18. O prazo para interposição de recurso será de três (3) dias úteis contados a partir da publicação do **GABARITO** da prova de conhecimentos, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente à data da publicação no site **www.cmdca.go.gov.br**.
19. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada hipótese descrita no art. 17, da Resolução nº 023/2009, devidamente fundamentado em formulário próprio disponibilizado no Anexo I do Edital de Convocação, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
20. Os recursos deverão ser entregues pessoalmente e/ou por Procurador formalmente constituído, na Secretaria Executiva do CMDCA, no endereço: Praça Santos Dumont, esq. com a Avenida República do Líbano, nº 185, Setor Aeroporto, Goiânia – Goiás.
21. O resultado da prova de conhecimentos será publicado no endereço eletrônico www.cmdca.go.gov.br até o dia 11 de setembro de 2009.

Assinatura do (a) Candidato (a)
30 de Agosto de 2009

PRIMEIRO BLOCO – 12 QUESTÕES:
CONHECIMENTOS GERAIS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA.

01. Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança e adolescente:

- a) criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezessete anos de idade;
- b) criança é a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- c) criança é a pessoa até catorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre catorze e dezoito anos de idade;
- d) criança é a pessoa até 11 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- e) criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

02. De acordo com o ECA, são considerados direitos fundamentais:

- I- direito à vida e à saúde;
- II- direito à prisão especial nos casos de privação de liberdade;
- III- direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;
- IV- direito à convivência familiar e comunitária;
- V- direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- VI- direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) somente a I e II estão corretas;
- c) somente a II está incorreta;
- d) apenas a II está correta;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

03. De acordo com o ECA assinale a alternativa CORRETA em relação ao exercício do Poder Familiar (antigo Pátrio Poder):

- a) será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência;
- b) será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer ao Conselho Tutelar da sua Região para a solução da divergência;
- c) será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade policial competente para a solução da divergência;

d) será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer ao Ministério Público para a solução da divergência;

e) será exercido, preferencialmente, pelo pai, porque ainda é considerado o chefe e provedor da casa.

04. Analise as preposições abaixo em relação à guarda, e responda de acordo com o ECA:

I- a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente;

II- a guarda confere a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;

III- a guarda confere a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, com exceção dos pais da criança ou adolescente;

IV- a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito, exceto os previdenciários;

V- a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

a) todas as alternativas estão corretas;

b) todas as alternativas estão incorretas;

c) somente a alternativa I está correta;

d) somente as alternativas III e V estão corretas;

e) as alternativas III e IV estão incorretas.

05. Analise as assertivas a seguir sobre o direito à convivência familiar e comunitária e assinale a alternativa CORRETA de acordo com o ECA:

I- entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;

II- os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação;

III- os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação;

IV- o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.

a) apenas a I é correta;

b) somente as III e IV são corretas;

c) todas as alternativas estão corretas;

d) apenas as alternativas I, II e III são corretas;

e) todas as alternativas estão incorretas.

06. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com o ECA:

I- é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente;

II- os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação;

III- é proibido a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo de autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) somente a alternativa I está correta;
- c) estão incorretas as alternativas II e III;
- d) somente as alternativas I e III estão corretas;
- e) somente a alternativa III está incorreta.

07. Sobre a autorização de viagens para crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais ou responsável legal, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o ECA:

- a) nenhuma criança ou adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial ou do Conselheiro Tutelar de sua respectiva região;
- b) a autoridade judicial ou o Conselheiro Tutelar poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos;
- c) mesmo a criança estando acompanhada dos avós, irmãos ou tios maiores de 18 anos, com parentesco comprovado documentalmente, será necessária a autorização judicial para poder viajar;
- d) mesmo estando a criança acompanhada de pessoa maior de idade, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável não poderá viajar sem autorização judicial ou do Conselheiro Tutelar.
- e) em se tratando de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida;

08. Sobre a política de atendimento assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o ECA:

- a) a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) são linhas de ação da política de atendimento, entre outras, políticas sociais básicas; políticas de programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- c) são diretrizes da política de atendimento, entre outras, serviços de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- d) a função de membros dos Conselhos de Direitos é considerada de interesse público relevante e não será remunerada;
- e) as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

09. Sobre a fiscalização das entidades de atendimento assinale a alternativa CORRETA de acordo com o ECA:

- a) as entidades governamentais e não governamentais, referidas no art. 90 do ECA, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares;
- b) as entidades governamentais e não governamentais, referidas no art. 90 do ECA, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares quando solicitado pelo juiz ou promotor de justiça;
- c) são medidas aplicáveis às entidades governamentais de atendimento que descumprirem obrigação constante no art. 94, do ECA, entre outras: suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas; cassação do registro;
- d) o procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar quando solicitado pelo juiz ou promotor de justiça, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos;
- e) o dirigente da entidade será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

10. Sobre a possibilidade de cumulação e substituição de medidas protetivas, bem como os parâmetros para aplicação das mesmas, análise as assertivas abaixo e responda de acordo com o ECA:

I- as medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA são direcionadas às crianças e adolescentes com direitos fundamentais ameaçados ou violados nas hipóteses do art. 98 do mesmo diploma legal, bem como às crianças e adolescentes que pratiquem ato infracional;
II- podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituída a qualquer tempo;
III- na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
IV- às crianças autoras de atos infracionais devem ser determinadas apenas as medidas de proteção (art. 105 do ECA), enquanto aos adolescentes autores de atos infracionais podem ser aplicadas medidas sócio-educativas (art. 112 do ECA) e protetivas (art. 101, c/c o art. 112, inciso VII e art. 113, do ECA), cumuladas ou isoladamente.

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e IV estão incorretas;
- c) as alternativas II e III estão corretas;
- d) somente as alternativas III e IV estão corretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

11. De acordo com o ECA as decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas somente:

- a) pela Corregedoria dos Conselhos Tutelares do município de Goiânia;
- b) pela autoridade judiciária independente de qualquer pedido;
- c) pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- d) pela autoridade judiciária a pedido do Presidente da Câmara de Vereadores;
- e) pelo Prefeito Municipal, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

12. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com o ECA:

I- deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;

II- impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA;

III- divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional;

IV- descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar (ex-Pátrio Poder) ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.

a) as alternativas I e II são tipificadas como crimes e as III e IV como infrações administrativas praticadas contra crianças e adolescentes;

b) todas as alternativas são tipificadas como crimes praticados contra criança e adolescentes;

c) todas as alternativas são tipificadas como infrações administrativas praticadas contra criança e adolescentes;

d) as alternativas I e III são tipificadas como crimes e as II e IV como infrações administrativas praticadas contra criança e adolescente;

e) as alternativas II e IV são tipificadas como crimes e as I e III como infrações administrativas praticadas contra criança e adolescente.

**SEGUNDO BLOCO – 12 QUESTÕES:
REFERENTES À ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS ENVOLVENDO A APLICAÇÃO
DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE
CONSELHEIRO TUTELAR.**

13. Ranulfo, Conselheiro Tutelar desta Capital, trafegando pela Avenida Anhanguera nas proximidades da Praça OK em Campinas, encontrou por volta das 23 horas, a criança B.F.G, 8 anos, sozinha, com manchas avermelhadas na pele e chorando muito. Entrevistada, a criança respondeu que seus pais residem numa chácara no município de Inhumas e que vieram a Goiânia comprar uma televisão nas Casas Bahia, como tinha muita gente na loja, acabou perdendo-se dos mesmos. Quais as providências devem ser tomadas imediatamente pelo Conselheiro Tutelar:

I- nenhuma, porque o Conselheiro não tem obrigação de fazer nada, fora do expediente, afinal, já são 23 horas;

II- o Conselheiro poderá dar uma bronca na criança, e mandar que ela se vire para voltar imediatamente para a residência dos seus pais no município de Inhumas;

III- o Conselheiro deverá levar a criança B.F.G para o SOS Criança, cuidando para que seja alimentada, e providenciar a localização dos pais;

IV- localizados, o Conselheiro (Conselho) deverá entregar a criança aos seus pais, mediante termo de responsabilidade;

V- no SOS Criança descobriu-se ser Hanseníase a mancha avermelhada na pele da criança, por não ser do município de Goiânia, o Conselheiro Tutelar (Conselho) não fez nenhuma requisição de tratamento de saúde para a mesma.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todos os encaminhamentos estão em desacordo com o ECA;
- b) apenas os encaminhamentos I, II e III são corretos;
- c) somente os encaminhamentos III e IV são corretos;
- d) apenas os encaminhamentos II, III e V são corretos;
- e) somente os encaminhamentos I, III e IV são corretos.

14. C.L.S, 9 anos, tendo desferido uma pedrada no carro da Polícia Civil quebrou o pára-brisa do mesmo, sendo autuada em flagrante pela Autoridade Policial competente e enviada para a DEPAAI – Delegacia de Polícia de Apuração de Ato Infracional. Assim, é CORRETO afirmar de acordo com o ECA, que:

- a) a Autoridade Policial agiu corretamente;
- b) a Autoridade Policial não agiu corretamente, pois deveria ter levado a criança para a DPCA;
- c) a Autoridade Policial não agiu corretamente, pois deveria ter levado a criança para o Juizado da Infância e da Juventude;
- d) a Autoridade Policial não agiu corretamente, pois criança não pratica ato infracional;
- e) a Autoridade Policial não agiu corretamente, pois criança pratica ato infracional, mas a autoridade competente para atendimento nessa situação é o Conselho Tutelar, para onde deveria ter sido levada.

15. O proprietário de um Hotel nas proximidades da Feira Hippe de Goiânia, fixou uma faixa com a seguinte propaganda: “Permitida a hospedagem de adolescente, desde que acompanhada com pessoa maior de dezoito anos”. Assim, de acordo com o ECA, é CORRETO afirmar que:

- a) o proprietário agiu corretamente porque é permitida a hospedagem de adolescente desde que acompanhada por pessoa maior de idade;
- b) o proprietário agiu corretamente porque o ECA não faz nenhuma restrição para hotéis, mas somente para motéis;
- c) o proprietário agiu corretamente, pois é melhor que a adolescente hospede-se num hotel, do que ficar no meio da rua;
- d) o proprietário não agiu corretamente, pois o ECA é claro ao prescrever que hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere é infração administrativa;
- e) o proprietário não agiu corretamente, pois o ECA é claro ao prescrever que hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere é crime.

16. Terêncio é proprietário do Bar da Mata, situado no bairro Uirapuru, nesta Capital. No bar, entre outras coisas, possuem três mesas de sinucas que são exploradas comercialmente para realização de jogos apostados, ainda que eventualmente. Assim, é CORRETO afirmar, de acordo com o ECA, que:

- a) poderá permitir a entrada e permanência de crianças e adolescentes no seu estabelecimento, desde que não realizem “jogos apostados”;
- b) poderá permitir a entrada e permanência somente de adolescentes no seu estabelecimento, desde que não realizem “jogos apostados”;

c) não poderá permitir a entrada e permanência de criança e adolescente no seu estabelecimento, por explorar comercialmente as mesas de sinucas e efetuar “jogos apostados”, ainda que eventualmente e afixar aviso para orientação do público;

d) não poderá permitir somente a entrada e permanência de criança no seu estabelecimento, por explorar comercialmente as mesas de sinucas e efetuar “jogos apostados”, ainda que eventualmente e afixar aviso para orientação do público;

e) nenhuma das alternativas estão corretas.

17. Os Conselheiros Tutelares foram convidados para participar de um debate sobre a proposta de emenda constitucional de redução da maioria penal, aprovada na CCJ do Senado Federal, nos seguintes termos:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 228 da Constituição Federal, de que trata o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, a seguinte redação:

“Art 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Parágrafo único. Os menores de dezoito e maiores de dezois anos:

I - somente serão penalmente imputáveis quando, ao tempo da ação ou omissão, tinham plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento, atestada por laudo técnico, elaborado por junta nomeada pelo juiz;

II – cumprirão pena em local distinto dos presos maiores de dezoito anos;

III – terão a pena substituída por uma das medidas socioeducativas, previstas em lei, desde que não estejam incursos em nenhum dos crimes referidos no inciso XLIII, do art. 5º, desta Constituição.”

Foram usados os seguintes argumentos pelos debatedores:

I- oportuna a participação dos Conselheiros, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente não prevê nenhuma medida para crianças e adolescentes autoras de atos infracionais;

II- Os Conselheiros Tutelares não deveriam participar do debate, afinal, não é atribuição de Conselheiros Tutelares zelarem pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes autoras de atos infracionais;

III- oportuna a participação dos Conselheiros, porque ao contrário do que pensam muitas pessoas, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas de responsabilização para crianças e adolescentes autoras de atos infracionais, por isso é questionável a eficácia da emenda de redução da maioria penal, como solução para resolver o problema da “criminalidade” praticada por crianças e adolescentes;

IV- sendo, eventualmente, aprovada tal emenda pelo Congresso Nacional, os adolescentes a partir dos 16 anos de idade, cumprirão pena nos locais destinados para os presos maiores de dezoito anos, salvo as exceções previstas na emenda aprovada pela CCJ.

a) apenas os argumentos III e IV estão corretos;

b) somente o argumento I está correto;

c) apenas o argumento II está correto;

d) somente o argumento IV está correto;

e) todos os argumentos estão incorretos.

18. Aurora da Paixão procurou o Conselho Tutelar em prantos ante a determinação do Juiz da Infância e da Juventude de afastamento de seus filhos de 2, 5 e 9 anos, em razão da situação de pobreza absoluta em que sua família se encontrava, todos estavam passando fome. **Aurora da Paixão** possuía fortes vínculos afetivos com seus filhos, por isso estava ali no Conselho Tutelar solicitando que algo fosse feito, pois não queria ficar longe de seus filhos. Os Conselheiros que atenderam **Aurora da Paixão**, muito preocupados com a situação, tiveram que informar a ela que:

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) nada poderia ser feito, pois se tratava de uma medida aplicada pelo Juiz e não passível de revisão, como ocorre quando aplicada pelo Conselho Tutelar;
- b) a medida foi corretamente aplicada, tendo em vista o fato de que a situação de pobreza da família impedia que as crianças contassem com condições mínimas de dignidade;
- c) a fundamentação judicial adota é incoerente com a doutrina da proteção integral, mas não há nada a ser feito, pois se trata de decisão judicial não passível de recurso;
- d) a alegação da situação de pobreza, por si só, não é justificativa suficiente para o afastamento das crianças e/ou destituição do poder familiar, por isso, a mãe tem direito de recorrer da decisão do juiz para reaver seus filhos;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

19. Uma escola da rede municipal de ensino chamou o Conselho Tutelar para dar orientações acerca dos encaminhamentos a serem tomados após uma briga, que envolveu cinco meninos de 14 (catorze) anos e dois de 11 (onze) anos. No conflito, um dos adolescentes de 14 anos ficou gravemente ferido, sendo encaminhado para o HUGO. Os demais tiveram lesões leves e passam bem. A orientação deve ser:

- a) todos os envolvidos devem ser colocados no carro do Conselho Tutelar e levados até sua sede para que o Conselheiro juntamente com os seus colegas possa conversar individualmente com cada um dos envolvidos acompanhados de seus pais e/ou responsáveis. Depois, aplicar uma advertência geral em relação ao ocorrido;
- b) quanto aos adolescentes, deve ser dito à diretora que acione a DEPAAI e, quanto às crianças o Conselho Tutelar assumirá por se tratar de sua atribuição, aplicando nas mesmas e nos seus responsáveis as medidas cabíveis;
- c) todos os envolvidos deverão ser levados à DEPAAI para o registro de uma ocorrência, visto que o Conselho Tutelar nada pode fazer em uma situação com tamanha violência;
- d) o Conselho Tutelar conversará com todos os envolvidos e seus familiares individualmente, instaurando inquérito para apurar as responsabilidades na briga;
- e) nenhuma das alternativas acima seria utilizada em sua orientação.

20. “C.M.D” tem apenas 12 anos e diariamente constrange seu avô a lhe fornecer dinheiro para comprar guloseimas e frequentar “lan house”. Porém, a cada dia tem ficado mais agressivo com o avô, ultimamente faz-lhe ameaças de espancamentos e que ficará com todo o dinheiro da sua aposentadoria. Não suportando mais as ameaças a mãe e o avô decidiram ir à DEPAAI registrar boletim de ocorrência. “C.M.D”, foi ouvido na Delegacia e conduzido para o Juizado da Infância e da Juventude. Concluído o procedimento, a autoridade judiciária aplicou-lhe a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida – LA cumulada com a medida de tratamento psicológico e acompanhamento escolar com frequência obrigatória e aproveitamento. Nesse caso o Conselho Tutelar:

- I- o Conselho Tutelar nada pode fazer, afinal já fez várias tentativas anteriores quanto à frequência escolar e já representou ao Ministério Público;
- II- cabe somente à Orientadora das medidas sócio-educativas acompanhar a LA e encaminhar a situação escolar. O Conselho Tutelar nada pode fazer;
- III- determinar à família acompanhamento psicológico compulsório;
- IV- propor atuação conjunta com a Orientadora da medida sócio-educativa, visando a elaboração do Plano Individual de Atendimento e monitoramento da execução do mesmo.

Qual (is) está (ão) correta (s)?

- a) afirmativa I;
- b) afirmativa II;
- c) afirmativa III;
- d) afirmativas I e III;
- e) afirmativa IV.

21. “Lys Taylor e Rolyat Ferrante” têm juntos 3 filhos em comum, mas brigam diariamente. **“Lys Taylor”** saiu de casa e quer a guarda dos filhos. **“Rolyat Ferrante”** não tem renda, procura o Conselho Tutelar e conta sua “história”, alegando que **“Lys Taylor”** é uma pessoa desequilibrada emocionalmente, por isso não pode permanecer com a guarda dos filhos.

O Conselho Tutelar **NÃO** pode:

- a) decidir a partir da versão de um dos lados com interesse na guarda;
- b) atender e aconselhar os pais a superar os conflitos da relação visando o benefício dos filhos;
- c) orientar os pais a procurarem um advogado para ajuizamento de ação;
- d) atender as crianças buscando avaliar necessidades e possíveis violações de direitos;
- e) encaminhar as crianças para tratamento psicológico em serviço especializado.

22. O Conselho Tutelar da Região “MS” acompanhava há 12 (doze) meses a família de “C.N.M”, 15 anos. Há registros de vários encaminhamentos a serviços e programas da rede de proteção. A família de “C.N.M” mudou de endereço, em razão dos problemas de relacionamento e comprometimento de “C.N.M” com o tráfico de drogas na região. Diante desta situação, o Conselho Tutelar da Região “MS” deverá:

I- reter as informações de “C.N.M”, não repassando ao outro Conselho Tutelar, porque estas são confidenciais;

II- continuar o acompanhamento e a orientação já que “C.N.M” foi residir em outra região que tem características e serviços diferentes da Região de “MS”;

III- continuar responsabilizando-se por “C.N.M”, já que fez o acompanhamento por longo período, garantindo sua permanência na escola e no CRAS;

IV- informar ao Conselho Tutelar da outra região os procedimentos que se efetivaram no período de acompanhamento, repassando dados que possam contribuir nos encaminhamentos futuros, para que não sejam repetidas medidas que tiveram insucesso com a família e com o próprio adolescente “C.N.M”.

- a) as alternativas I e II estão corretas;
- b) somente a alternativa III está incorreta;
- c) as alternativas II e IV estão incorretas;

- d) somente a alternativa IV está correta;
- e) todas as alternativas estão corretas.

23. Compareceu para atendimento no Conselho Tutelar da Região “TO”, **Constância Permanente**, mãe de “P.F.L”, 6 anos, que não possui registro de nascimento, pois a mãe recusou-se a registrá-la e de “B.G.L”, 12 anos, recentemente assassinado, cujo óbito foi registrado, porém **Constância Permanente** não possui a certidão. Neste caso, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o Conselho Tutelar pode requisitar à vista dos elementos disponíveis o registro civil de nascimento de “P.F.L”, 6 anos;
- b) o Conselho Tutelar não pode requisitar a certidão de óbito de “B.G.L”, por ser adolescente e não lhe ser necessário;
- c) não é possível registrar “P.F.L”, porque o seu pai já é falecido;
- d) o Conselho Tutelar pode requisitar a certidão de óbito de “B.G.L” e deve encaminhar o caso de “P.F.L” ao Juiz da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia-GO, por ser de sua competência;
- e) o Conselho Tutelar deverá informar, com muita educação, à mãe **Constância Permanente**, que nada pode fazer, pois a competência de registros é do cartório de registros civis.

24. Foi comunicado ao Conselho Tutelar que o médico que atendeu “K.M.N”, 11 anos, suspeitando ser ela vítima de maus-tratos, não comunicou o fato à autoridade competente. Os Conselheiros concluíram que:

- I- o médico só está obrigado por lei, a comunicar o caso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, se confirmado os maus-tratos em “K.M.N”;
- II- o Conselho Tutelar pode representar perante a autoridade judiciária competente para apuração da omissão do médico que atendeu “K.M.N”; se condenado, a multa a ele aplicada reverterá ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III- somente o Ministério Público é competente para representar o médico perante a autoridade judiciária em relação a este fato;
- IV- a autoridade competente a ser comunicada pelo médico, sob pena de infração administrativa, é somente o Juiz da Infância e da Juventude;
- V- o Conselho Tutelar pode encaminhar ao Ministério Público notícia desse fato porque constitui infração administrativa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) afirmativas II e V;
- b) afirmativas I, II e III;
- c) afirmativas III e V;
- d) afirmativas III e IV;
- e) afirmativas I e II.

TERCEIRO BLOCO – 16 QUESTÕES:
POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO,
HABITAÇÃO, SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
3.1. EDUCAÇÃO – 3 QUESTÕES

25. “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:”

- I- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
- II- trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
- III- trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- c) somente as alternativas II e III estão incorretas;
- d) somente as alternativas I e III estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

26. “A formação dos profissionais da educação, de modo, a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:”

- I- a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II- a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III- o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- c) somente as alternativas II e III estão incorretas;
- d) somente as alternativas I e III estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

27. Analise as preposições abaixo em relação à educação infantil e ensino fundamental, e responda de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- I- a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- II- a educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.
- III- na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.
- IV- o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno

domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- c) somente as alternativas II e III estão incorretas;
- d) somente as alternativas III e IV estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

3.2. SAÚDE – 3 QUESTÕES

28. O agente comunitário de saúde (ACS) é o profissional que desenvolve ações que buscam a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde. O elo entre o ACS e a população adscrita é potencializado pelo fato do ACS morar na comunidade.

I- tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde por meio de visitas domiciliares e ações educativas individuais e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob normatização do município e do Distrito Federal, de acordo com as prioridades definidas pela respectiva gestão e as prioridades nacionais e estaduais pactuadas;

II- o ACS utiliza instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural das famílias adscritas em sua base geográfica definida, a microárea. Estes instrumentos são o cadastro atualizado de todas as pessoas de sua microárea e o registro para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde. A partir daí ele é capaz de orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis e de traduzir para as Unidades Básicas de Saúde a dinâmica social da população assistida, suas necessidades, potencialidades e limites, bem como identificar parceiros e recursos existentes que possam ser potencializados pelas equipes;

III- o ACS desempenha um papel chave na Estratégia de Saúde da Família, estando presente tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em municípios altamente urbanizados e industrializados. O ingresso desse trabalhador no SUS dar-se-á por meio de processo seletivo público (EC 51) ou por concurso público.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- c) somente as alternativas II e III estão incorretas;
- d) apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

29. A Assistência Farmacêutica Básica, mantida pelo SUS, compreende um conjunto de atividades relacionadas ao acesso e ao uso racional de medicamentos destinados a complementar e a apoiar as ações da atenção básica à saúde; ela tem como referência a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), atualizada em 2006.

I- o Programa de Assistência Farmacêutica Básica passa a ser denominado de Componente Básico da Assistência Farmacêutica, integrando, assim, o Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica;

II- esse componente é a Parte Fixa, cujo financiamento tripartite dá-se pela transferência de recursos financeiros do Governo Federal para as outras instâncias gestoras, além das contrapartidas estaduais e municipais;

III- a Parte Variável, financiada exclusivamente pelo Governo Federal, consiste em valores per capita destinados à aquisição de medicamentos e de insumos farmacêuticos dos programas de Hipertensão e Diabetes, Asma e Rinite, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Alimentação e Nutrição e Combate ao Tabagismo;

IV- os recursos da Parte Variável, destinados aos programas de Hipertensão e Diabetes, Asma e Rinite, já foram descentralizados para a maioria dos municípios brasileiros, enquanto que os recursos destinados aos demais programas continuam sob gestão do Ministério da Saúde, responsável pelo suprimento direto dos medicamentos preconizados pelas áreas técnicas dos respectivos programas.

- a) somente as alternativas I e II estão corretas;
- b) apenas as alternativas V e VI estão corretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

30. Centros de Atenção Psicossocial (Caps). São serviços de saúde mental de base territorial e comunitária do SUS, referenciais no tratamento das pessoas que sofrem com transtornos mentais (psicoses, neuroses graves e demais quadros), cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência em um dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida.

I- o objetivo dos Caps é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários, pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários;

II- é um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos, equipamento estratégico da atenção extra-hospitalar em saúde mental;

III- existem diferentes tipos de Caps, segundo seu porte e clientela: Caps I - serviço aberto para atendimento diário de adultos com transtornos mentais severos e persistentes: trata-se de equipamento importante para municípios com população entre 20 mil e 70 mil habitantes;

IV- Caps II – serviço aberto para atendimento diário de adultos com transtornos mentais severos e persistentes: trata-se de equipamento importante para municípios com população com mais de 70 mil habitantes;

V- Caps III – serviço aberto para atendimento diário e noturno, durante sete dias da semana, de adultos com transtornos mentais severos e persistentes: trata-se de equipamento importante em grandes cidades;

VI- Caps i – voltado para a infância e adolescência, para atendimento diário a crianças e adolescentes com transtornos mentais;

VII- Caps ad – voltado para usuários de álcool e outras drogas, para atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso dessas substâncias.

- a) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- b) apenas as alternativas V e VI estão corretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) as alternativas I, II, III, IV e VII estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

3.3. TRABALHO – 2 QUESTÕES

31. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000:

I- “contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.”

II- “a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.”

III- “os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.”

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) somente as alternativas I e II estão incorretas;
- c) somente as alternativas II e III estão incorretas;
- d) somente as alternativas I e III estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

32. Leia atentamente as assertivas abaixo e responda de acordo com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000:

I- “na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:”

II – “Escolas Técnicas de Educação;”

III – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;”

IV- “as entidades mencionadas nesta questão deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados;”

V- “aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional;”

VI- “o Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III desta questão;”

VII- “a contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso III desta questão, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.”

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) somente as alternativas I e II estão corretas;
- b) apenas as alternativas V e VI estão corretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) somente as alternativas I, II, III, IV e VII estão corretas;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

3.4. HABITAÇÃO – 2 QUESTÕES

33. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a Lei Municipal 8.487, de 06 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS:

I- viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II- implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III- articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação.

- a) os enunciados acima são princípios do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS;
- b) os enunciados acima são princípios e objetivos do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS;
- c) os enunciados acima são diretrizes e objetivos do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS;
- d) os enunciados acima são objetivos do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS;
- e) os enunciados acima são princípios e diretrizes do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS.

34. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a Lei Municipal nº 8.487, de 06 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS:

I- o acesso à moradia deve ser assegurado aos beneficiários do SMHIS, de forma articulada entre as esferas de Governo, garantindo o atendimento exclusivo às famílias de menor renda e adotando políticas de subsídios implementadas com recursos do FMHIS;

II- o beneficiário favorecido por programa realizado no âmbito da União, Estado e Município, somente será contemplado 01 (uma) única vez com os benefícios de que trata o artigo 15 da Lei

8.487, de 06 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;

III- integram o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS, entre outros, os seguintes órgãos e entidades: Conselho Gestor do FMHIS; Conselho Municipal de Habitação; Órgão e as instituições integrantes da administração pública, direta e indireta, que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação.

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão corretas;
- c) somente as alternativas II e III estão corretas;
- d) somente as alternativas I e III estão corretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

3.5. SEGURANÇA – 2 QUESTÕES

35. Leia atentamente as assertivas abaixo e responda de acordo com a Matriz Curricular Nacional – que dispõe sobre ações formativas na área de Segurança Pública:

I- a Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares;

II- assim, legalmente, temos que: as Polícias Federais e Rodoviárias Federais, consideradas polícias da União, possuem departamentos específicos para a sua administração. Esses departamentos compõem o organograma do Ministério da Justiça;

III- as polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros subordinam-se aos Governadores dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios. E os Municípios poderão constituir Guardas Municipais.

IV- as polícias civis e militares, bem como os corpos de bombeiros, no âmbito dos Estados, e as Guardas Municipais, sob a responsabilidade dos municípios, compõem o público de interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Órgão Normativo do Ministério da Justiça.

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) todas as alternativas estão corretas;
- c) somente as alternativas I e II estão corretas;
- d) apenas as alternativas II e III estão corretas;
- e) somente as alternativas III e IV estão corretas.

36. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Órgão Normativo do Ministério da Justiça que tem, de acordo com o Decreto nº 6.061 de 15 de Março de 2007, dentre as suas atividades a seguinte atribuição:

I- estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública;

II- controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade. (Decreto Nº 6.061/2007, Art.12, inciso VIII).

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente a alternativa I está incorreta;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) apenas a alternativa II está incorreta;
- e) somente a alternativa II está correta.

3.6. ASSISTÊNCIA SOCIAL – 4 QUESTÕES

37. “Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municípios são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, regulamentado na PNAS/2004, na forma do SUAS. O CNAS, instituído pela LOAS, e os Conselhos das demais esferas, tratados na referida Lei e instituídos por legislação específica, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. São vinculados ao Poder Executivo e a sua estrutura pertencente ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, que lhes dá apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.”

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia – CMASGyn, é composto por uma representação paritária com 8 (oito) representantes da sociedade civil e 8 (oito) representantes governamentais, com seus respectivos suplentes que se reúnem em seções ordinárias e extraordinárias;
- b) o Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia – CMASGyn, é composto por uma representação paritária com 14 (catorze) representantes da sociedade civil e 14(catorze) representantes governamentais, com seus respectivos suplentes que se reúnem em seções ordinárias e extraordinárias;
- c) o Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia – CMASGyn, é composto por uma representação paritária com 12 (doze) representantes da sociedade civil e 12(doze) representantes governamentais, com seus respectivos suplentes que se reúnem em seções ordinárias e extraordinárias. Nessas reuniões são discutidas as políticas de assistência social e os critérios que as definem junto às instituições que as executam;
- d) os representantes da sociedade civil são escolhidos pelo Secretário Municipal de Assistência Social com coordenação do Ministério Público;
- e) os representantes governamentais são escolhidos em eleição própria com coordenação do Ministério Público.

38. Analise as assertivas abaixo e responda de acordo com a LOAS:

Compete aos Municípios:

- I - responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal;
- II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;
- III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) somente as alternativas I e II estão corretas;
- c) somente as alternativas II e III estão corretas;
- d) somente as alternativas I e III estão corretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

39. Caberá ao órgão gestor da política municipal de assistência social instituir a unidade de convênio, composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento, entre elas, direito, serviço social, pedagogia, psicologia, contabilidade e outros, encarregada de normatizar, supervisionar, vistoriar, avaliar e definir os convênios a serem firmados, com o objetivo de:

- I- auditar a qualidade dos serviços prestados;
- II- garantir o fiel cumprimento dos planos de trabalho e atendimento;
- III- promover a melhoria do atendimento através da qualificação dos conveniados;
- IV- recolher e sistematizar informações e estudos necessários à avaliação e orientação da política de assistência social;
- V- auditar a aplicação dos recursos públicos.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o órgão gestor da política municipal de assistência social é a FUMDEC;
- b) o órgão gestor da política municipal de assistência social é o CMASGyn;
- c) o órgão gestor da política municipal de assistência social é a SEMEL;
- d) o órgão gestor da política municipal de assistência social é a SEMAS;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

40. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa correta, indicando quais as condições para repasse dos recursos estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS aos Municípios, Estados e ao Distrito Federal:

- I- efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- II- efetiva instituição e funcionamento do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- III- efetiva instituição e funcionamento do Plano de Assistência Social.
- IV- comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

- a) apenas a alternativa I está correta;
- b) somente as alternativas II e III estão corretas;
- c) todas as alternativas estão incorretas;
- d) somente as alternativas III e IV estão incorretas;
- e) todas as alternativas estão corretas.

Pensamento de Otto Lara Resende:

“Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca

viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia-a-dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.”

Otto Lara Resende: nasceu na cidade de São João del-Rei, a 1º de maio de 1922. Filho de Antônio de Lara Resende e Maria Julieta de Oliveira Resende. Faleceu no Rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1992.